

EDITORIAL**DOIS ANOS DE COVID-19 NO ESTADO DE SANTA CATARINA: NOVAS DIMENSÕES DE SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS***Lauro Mattei**

Após dois anos de incidência da pandemia provocada pelo novo coronavírus, a doença começou a ser controlada no país. Em grande medida, esse cenário positivo se deve ao avanço da imunização de grande parte da população, processo que está em curso desde janeiro de 2021. Mesmo diante de uma situação bastante favorável, é importante enfatizar que a pandemia ainda não acabou e que os cuidados essenciais recomendados pelas autoridades de saúde permanecem em voga.

Apesar desses avanços, a doença continua presente em todo o território nacional, embora em ritmo bem mais lento daquele registrado nos anos de 2020 e 2021. Dados atualizados no mês de abril de 2022 revelaram que o país já registrou a contaminação de mais 30 milhões de pessoas, sendo que destas aproximadamente 665 mil vieram a óbito. Com isso, o Brasil e os EUA figuraram no topo dos países com a maior proporção de mortes pela Covid-19 a cada 100 mil habitantes.

O estado de Santa Catarina, com 1 milhão e 700 mil pessoas contaminadas, apresenta o terceiro maior coeficiente de incidência da doença do país a cada 100 mil habitantes. Em termos absolutos, é a sexta unidade da federação com o maior número de pessoas contaminadas, embora em termos populacionais detenha a 10ª posição no ranking nacional. Com aproximadamente 21.800 óbitos pela doença, em termos absolutos o estado ocupa a 9ª posição no ranking nacional do número de mortes pela Covid-19. São informações relevantes que dão a real dimensão da pandemia no cotidiano da população.

Desde o início da pandemia no estado (março de 2020) a equipe do NECAT/UFSC vem acompanhando e analisando a evolução da doença por meio de boletins semanais, participando de debates e entrevistas, além da elaboração de estudos específicos sobre os impactos econômicos e sociais da pandemia no território catarinense. Para tanto, já foram publicados três dossiês especiais sobre a temática ao longo dos anos de 2020 e 2021. O dossiê I, relativo ao primeiro semestre de 2020 e dizendo respeito à Revista NECAT, ano

* Professor titular do curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador geral do Necat/UFSC e pesquisador do OPPA/CPDA/UFRRJ. E-mail: l.mattei@ufsc.br.

9, nº 17, Jan-Jun/2020, foi composto por um conjunto de estudos realizados pela equipe do Núcleo de pesquisa com o objetivo de divulgar de forma mais ampla os principais impactos da pandemia no estado até aquele momento.

No semestre seguinte a equipe de pesquisadores do NECAT publicou o Dossiê II, o qual corresponde ao número 18 da Revista NECAT e que diz respeito ao período de julho a dezembro/2020. Tal dossiê teve como objetivo apresentar novos estudos sobre os impactos da pandemia na socioeconomia catarinense após um ano de incidência da Covid-19, considerando-se a existência de informações mais qualificadas sobre a real dimensão da pandemia no estado.

No primeiro semestre de 2021 foi publicado o Dossiê III, que corresponde ao número 19 da Revista NECAT relativo ao período de janeiro a junho/2021. Este número contou com a participação de diversos pesquisadores do país que discutiram o cenário da Covid-19 no Brasil e em Santa Catarina. Neste caso, foram abordados os temas da crise econômica geral decorrente da pandemia, da evasão escolar e da insegurança alimentar provocada pela Covid-19. Além disso, foram publicados estudos específicos sobre a política pública estadual de controle da pandemia, bem como estudo de caso sobre os impactos da pandemia em uma comunidade criadora de peixes.

Dando continuidade a esse trabalho, apresenta-se o Dossiê IV sobre a temática da pandemia, o qual corresponde ao número 20 da Revista NECAT relativo ao período de julho a dezembro de 2021. Neste caso, apresentam-se novos estudos elaborados pela equipe de pesquisadores do NECAT sobre os impactos da pandemia nas atividades econômicas catarinenses ao longo dos últimos dois anos.

No primeiro artigo, intitulado “A indústria catarinense diante da pandemia: fragilidade setorial e tendência de retração produtiva” e de autoria de Matheus Rosa e Lauro Mattei, analisa-se a situação da indústria brasileira e catarinense após dois anos de incidência da pandemia. Para tanto, discute-se inicialmente a situação da economia no período pré-pandemia para demonstrar que o setor industrial já estava apresentando baixa produtividade antes mesmo do início da pandemia, evento que somente veio a agravar ainda mais o quadro já precário existente no setor.

Segundo esses autores, a fragilidade do setor industrial, tanto no Brasil como em Santa Catarina, já estava consolidada antes mesmo do início da pandemia. Mas isso não significa dizer que os impactos vigentes a partir de março de 2020 tenham sido menores ou inexpressivos. Ao contrário, a magnitude das retrações da produção física e a ocorrência de diversos entraves no âmbito da indústria mundial mostram que as

consequências da pandemia para o setor industrial foram severas. No âmbito do país, os resultados de 2020 evidenciaram um dos piores anos da história para o setor industrial, com a retração acumulada de -4,5% na comparação com o mesmo período de 2019. Já Santa Catarina, seguindo a dinâmica nacional, registrou retração acumulada de -4,6% em 2020, também atingindo um recorde histórico de queda anual. Todavia, em 2021 o otimismo dos meses finais de 2020 foi revertido por uma inequívoca tendência retrativa, caracterizada pelo fraco ritmo registrado na série mensal com ajuste sazonal. Em consequência, tanto no Brasil como em Santa Catarina, se consolidaram retrações sucessivas e um cenário no qual foram registradas retrações na ampla maioria dos meses.

O segundo artigo, intitulado “Análise dos impactos da Covid-19 sobre o setor de serviços no Brasil e em Santa Catarina” e de autoria de Andrey Ide e Lauro Mattei, apresenta a dimensão dos impactos da pandemia sobre o setor de serviços, tendo em vista que o mesmo responde por 70% do PIB brasileiro e 60% do PIB catarinense. Isso significa dizer que ao ocorrer qualquer queda neste setor haverá consequências negativas sobre o desempenho econômico geral, tanto do país como de uma unidade da federação específica. De um modo geral, pode-se dizer que o setor de serviços apresenta algumas características particulares, destacando-se, por um lado, o fato que baixos custos de entrada e de saída facilitam a criação de empreendimentos autônomos com absorção de mão de obra barata e, por outro, essa forma de absorção acaba ampliando as taxas de informalidade no mercado de trabalho.

Do ponto de vista setorial, os serviços foram as atividades econômicas mais afetadas pela pandemia no ano de 2020. Já em 2021 o setor se recuperou dos resultados deficitários do ano anterior, porém dois dos cinco subsetores pesquisados pelo IBGE ainda se encontravam abaixo do nível pré-pandêmico. Isso ocorre porque serviços é um setor muito heterogêneo e que depende muito da presença física dos consumidores. Com a adoção de medidas de isolamento social necessárias à contenção da Covid-19 no ano de 2020, grande parte das atividades foi interrompida. O resultado foi uma queda expressiva de todos os indicadores desse setor ao longo do primeiro ano da pandemia. Todavia, diante da necessidade dos empreendedores reativarem seus negócios e dos trabalhadores brasileiros e catarinenses gerarem renda, notou-se uma recuperação das atividades ao longo de 2021. Com isso, ao final do referido ano o setor se encontrava 6,7% acima do nível de fevereiro de 2020, mas ainda -5,6 p.p. abaixo do nível de novembro de 2014, recorde histórico registrado pela série do IBGE.

O terceiro artigo, intitulado “Análise do volume de vendas do comércio no Brasil e em Santa Catarina durante a pandemia da Covid-19” e de autoria Guilherme Ronchi Razzini e Matheus Rosa, analisa a dinâmica do setor do comércio durante a pandemia tomando como referência o volume de vendas do comércio varejista, tanto no país como em Santa Catarina. Inicialmente destaca-se que a chegada da pandemia da Covid-19 impôs um conjunto de medidas de isolamento social como forma de controle da doença e que tais medidas acabaram gerando um efeito negativo sobre o volume de vendas do comércio varejista no ano de 2020 no cenário nacional. Tal cenário foi revertido no ano de 2021, uma vez que se observou uma expansão das atividades, ainda que em níveis bastante moderados. Já no caso de Santa Catarina verificaram-se expansões nos dois anos analisados.

Após sofrer forte retração no primeiro semestre de 2020 (-7,7%) devido às restrições de circulação das pessoas, as atividades comerciais apresentaram um ritmo de recuperação bem expressivo (4,2%) no restante do referido ano. Registre-se que esse resultado positivo esteve associado aos programas de apoio aos desempregados e demais consumidores, além da retomada gradual das atividades em praticamente todos os setores de atividade. Por um lado, ocorreu uma redistribuição da demanda entre os setores e, por outro, houve um acréscimo da demanda em outros setores, tais como hipermercados e supermercados, que substituírem o consumo de alimentação e bebidas fora de casa.

Em síntese, apesar das dificuldades o setor apresentou expansão durante o ano de 2021, tanto no país como em Santa Catarina. Enquanto o estado catarinense registrou um aumento de 8,6% ao longo do ano, o resultado nacional foi de 4,5%. Com isso, observou-se que entre fevereiro de 2020 e dezembro de 2021 ocorreu um aumento no volume de vendas no comércio catarinense da ordem de 7,57%.

O quarto artigo, intitulado “O mercado formal de trabalho no Brasil e em Santa Catarina no segundo ano da pandemia da Covid-19” e de autoria de Victor Hugo Azevedo Nass e Juliano Giassi Goularti, analisa o comportamento do mercado formal de trabalho no Brasil e em Santa Catarina no ano de 2021 com objetivo de compreender possíveis semelhanças e diferenças em relação ao mercado formal de trabalho do país, além de verificar se um maior grau de formalização se reflete em melhores salários para os trabalhadores. Inicialmente destaca-se que após as enormes perdas ocorridas no âmbito do país em 2020 (190 mil postos formais foram cortados no referido ano), houve um processo de recuperação em 2021, sendo que ao final desse ano o saldo das vagas formais já era superior ao mês anterior ao início da pandemia. Registre-se que esse movimento

também foi observado no mercado formal de trabalho catarinense, todavia com um ritmo de geração de vagas mais intenso. Com isso, ao final de 2021 o estado acumulou um saldo de aproximadamente 170 mil vagas e uma variação de 7,9% no estoque de seus vínculos formais.

Do ponto de vista da expansão setorial do emprego formal no ano de 2021, verifica-se que o setor de serviços foi aquele que mais contribuiu para a expansão de novas vagas. Em parte, esse comportamento se deve ao fato de que esse setor detém maior participação no agregado do emprego formal, mas esse comportamento positivo também se deve à gradual volta da circulação de pessoas e mercadorias que, com o avanço da vacinação no país, possibilitou uma retomada das atividades em um ritmo mais intenso.

No quinto artigo, intitulado “O lado avesso da política de renúncia de receita tributária do estado de Santa Catarina: impacto financeiro, desvinculação de receita constitucional e fragilização do pacto federativo” e de autoria de Juliano Giassi Goularti, analisa-se o comportamento da política de renúncia de receita tributária do estado de Santa Catarina à luz das leis criadas para proteger a economia catarinense em relação à concorrência com as demais unidades da federação. Partindo da definição de que a renúncia de receita tributária reflete uma estratégia de intensificação do uso da política tributária enquanto instrumento para garantir objetivos da política econômica estadual, o autor mostra a evolução dessas renúncias ao longo da última década, ou seja, a estimativa da renúncia pelas múltiplas estruturas fiscais utilizadas pelo governo de Santa Catarina passou de R\$ 3 bilhões, em 2010, para R\$ 5,17 bilhões, em 2015, para R\$ 6,34 bilhões em 2021, e para R\$ 14,01 bilhões em 2022. Especificamente em relação ao ano de 2022, a projeção da renúncia de receita representará 61,48% da receita tributária própria e 42,08% da receita total.

Diante desse cenário, o autor afirma que a renúncia de ICMS passou a ser feita, às vezes, ao arrepio da lei, impactando as finanças públicas por meio da desvinculação constitucional de receita e pela redução da base de cálculo da partilha da cota parte do ICMS pertencente aos 295 municípios. Além disso, o autor afirma que a renúncia de receita reduz os custos de produção e eleva a taxa de lucro do setor privado, porém sem haver garantias de que isso leve a uma maior geração de emprego e distribuição de renda para os trabalhadores.

Neste sentido, o autor finaliza seu trabalho destacando que, diante das assimetrias econômicas e regionais, o poder público catarinense não foi capaz de alterar as

desigualdades regionais dentro do estado, muitas das quais ocorrem pela distribuição desigual da renúncia tributária. Pelo contrário, as assimetrias estão sendo elevadas. Por isso, a importância de olhar essa política pelo “lado avesso”, isto é, através do “lado avesso” é possível identificar que a renúncia de receita diminui o montante de receitas vinculadas para setores sociais básicos, além de trazer graves implicações para as receitas dos municípios. É o caso do desenvolvimento de ações e serviços públicos de saúde que integram o SUS em nível do estado, na manutenção e desenvolvimento do ensino público estadual e no pacto federativo.



Diante da continuidade da pandemia e da crise econômica e social que tomou conta do país, a Revista NECAT apresenta o Dossiê IV com o objetivo de discutir os principais impactos econômicos da Covid-19 no estado de Santa Catarina, uma vez que desde o início da pandemia provocada pelo novo coronavírus o NECAT/UFSC vem realizando estudos e pesquisas, bem como promovendo debates, com o objetivo de estimular uma melhor compreensão do momento histórico que as sociedades brasileira e catarinense estão vivendo, além de procurar indicar alguns dos principais desafios colocados pelo atual estágio de desenvolvimento do país e do estado catarinense.